



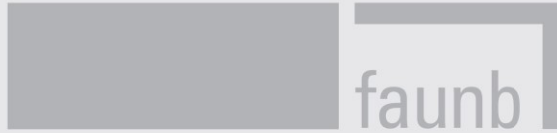
VI
ENAN
PARO

BRASÍLIA 2020
VI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LIMIARIDADE
PROCESSOS E PRÁTICAS EM ARQUITETURA E URBANISMO



V
EVAN
PARO



Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo (2021 : Brasília, DF).

Programação do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1 a 5 de outubro –
Brasília: FAU-UnB, 2021.

ISSN 2358-6214

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Arquitetura e Urbanismo
– Congressos.

I. Título. II. Faculdade de Arquitetura.

III. Universidade de Brasília.

É POSSÍVEL FISSURAR O ESPAÇO PÚBLICO?

IS IT POSSIBLE TO FISSURE THE PUBLIC SPACE?

¿ES POSIBLE FISURAR EL ESPACIO PÚBLICO?

EIXO TEMÁTICO: PROJETO, POLÍTICAS E PRÁTICAS

CUNHA, Tarcísio Gontijo

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Universidade Federal de Minas Gerais e no Centro Universitário UNA

tarcgontijo@gmail.com

MORADO NASCIMENTO, Denise

Professora Associada da Escola de Arquitetura da UFMG; coordenadora do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG; pesquisadora do CNPq

dmorado@gmail.com

RESUMO

O presente artigo relata a experiência de uma disciplina desenvolvida e ministrada no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como parte das atividades de doutorado de um dos autores, e está estruturado em três partes.

Na primeira parte são trazidos os conceitos principais que estão sendo trabalhados na pesquisa de doutorado, a qual parte do pressuposto de Bauman (2012) de que estamos em um período de interregno. Por um lado, nota-se o avanço do processo de neoliberalização (DARDOT; LAVAL, 2016) da vida política, econômica e social, no qual as ações de choque e cooptação são formas de garantir a coesão social do sistema. Por outro lado, ações de ruptura com a lógica neoliberal têm proliferado por meio de iniciativas e práticas que, se capazes de se configurarem em um novo-fazer, podem se converter em fissuras (HOLLOWAY, 2013) ao sistema. A pesquisa também mostra que a dicotomia entre o processo de neoliberalização e as fissuras pode ser encontrada no espaço público, pela proliferação de dispositivos de segurança e proteção e pelo discurso de aversão ao “estranho”, mas também pelos indícios dados pelos usuários desse espaço ao realizarem adaptações para garantir seu direito de uso ou, simplesmente, ao reivindicarem a sua existência. Essa dicotomia foi a discussão principal trabalhada pela disciplina. Na segunda parte é relatada a estruturação da disciplina de graduação, sustentada por conceitos complementares, como: regras e desvios (BECKER, 1980), pautando a relação sociológica do comportamento; simbolismo espacial (CHING, 2008), trazendo a relação formal com esse mesmo comportamento e; a lógica do processo diagramático de projeto (BOAVENTURA, 2017), onde essas relações, junto a outras categorias de análise, entram como atributos de pesquisa na estruturação das decisões projetuais. Por fim, na última parte é trazida a articulação entre a pesquisa e a disciplina, por meio da exposição dos seguintes pontos: (i) aplicação dos conceitos de regras e desvios e simbolismo espacial no espaço público; (ii) compreensão da relação dos atributos socioespaciais na viabilização (ou inibição) das ações de permanência no espaço público; e, (iii) possibilidades e limitações para a realização de ações que possam se configurar como possíveis fissuras.

PALAVRAS-CHAVE: *espaço público. interregno. fissuras urbanas.*

ABSTRACT

This article reports the experience of a discipline developed and taught in the undergraduate course in Architecture and Urbanism at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), as part of the doctoral activities of one of the authors, and is structured in three parts. In the first part, the main concepts that are being worked on in doctoral research are brought up, which starts

from the assumption of Bauman (2012) that we are in a period of interregnum. On the one hand, there is an advance in the process of neoliberalization (DARDOT; LAVAL, 2016) of political, economic and social life, in which shock and co-option actions are ways of guaranteeing the social cohesion of the system. On the other hand, actions that break with the neoliberal logic have proliferated through initiatives and practices that, if capable of being configured in a new way of doing things, can become fissures (HOLLOWAY, 2013) to the system. Research also shows that the dichotomy between the process of neoliberalization and cracks can be found in the public space, by the proliferation of safety and protection devices and by the discourse of aversion to “strange”, but also due to the evidence given by the users of this space when making adaptations to guarantee their right of use or, simply, claiming its existence. This dichotomy was the main discussion worked on by the discipline.

In the second part, the structuring of the discipline is reported, supported by some complementary concepts, such: rules and deviations (BECKER, 1980), guiding the sociological relationship of behavior; spatial symbolism (CHING, 2008), bringing the formal relationship with this same behavior and; the logic of the diagrammatic design process (BOAVENTURA, 2017), where these relationships, along with other categories of analysis, enter as research attributes in the structuring of design decisions.

Finally, in the last part, the articulation between research and discipline is brought up, by exposing the following points: (i) application of the concepts of rules and deviations and spatial symbolism in the public space; (ii) understanding of the relationship of socio-spatial attributes in enabling (or inhibiting) actions to remain in the public space; and, (iii) possibilities and limitations for carrying out actions that can be configured as possible cracks.

KEYWORDS: *public space. interregnum. urban fissures.*

RESUMEN

Este artículo informa la experiencia de una disciplina desarrollada y enseñada en el curso de pregrado en Arquitectura y Urbanismo en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), como parte de las actividades de doctorado de uno de los autores, y se estructura en tres partes.

En la primera parte, se presentan los principales conceptos que se están trabajando en la investigación doctoral, que parte de la suposición de Bauman (2012) de que estamos en un período de interregno. Por un lado, hay un avance en el proceso de neoliberalización (DARDOT; LAVAL, 2016) de la vida política, económica y social, en el que las acciones de choque y cooptación son formas de garantizar la cohesión social del sistema. Por otro lado, las acciones para romper con la lógica neoliberal han proliferado a través de iniciativas y prácticas que, si pueden con-

figurarse en una nueva forma de hacer las cosas, pueden convertirse en fisuras (HOLLOWAY, 2013) para el sistema. La investigación también muestra que la dicotomía entre el proceso de neoliberalización y las fisuras se puede encontrar en el espacio público, por la proliferación de dispositivos de seguridad y protección y por el discurso de aversión a “extraño”, pero también debido a la evidencia dada por los usuarios de este espacio al hacer adaptaciones para garantizar su derecho de uso o, simplemente, alegando su existencia. Esta dicotomía fue la discusión principal en la que trabajó la disciplina.

En la segunda parte, se informa la estructuración de la disciplina, respaldada por algunos conceptos complementarios, como: reglas y desviaciones (BECKER, 1980), que guían la relación sociológica del comportamiento; simbolismo espacial (CHING, 2008), trayendo la relación formal con este mismo comportamiento y; la lógica del proceso de diseño esquemático (BOAVENTURA, 2017), donde estas relaciones, junto con otras categorías de análisis, entran como atributos de investigación en la estructuración de las decisiones de diseño.

Finalmente, en la última parte, se plantea la articulación entre investigación y disciplina, al exponer los siguientes puntos: (i) aplicación de los conceptos de reglas y desviaciones y simbolismo espacial en el espacio público; (ii) comprensión de la relación de los atributos socioespaciales para permitir (o inhibir) las acciones para permanecer en el espacio público; y (iii) posibilidades y limitaciones para llevar a cabo acciones que se pueden configurar como posibles fisuras..

PALABRAS-CLAVE: espacio público. interregno. fissuras urbanas.

INTRODUÇÃO

Debater *limiaridade*, assim proposto por esse Enanparq, primeiramente significa reconhecer que estamos imersos na geopolítica neoliberal, com todas as consequências que isso implica - desde a mercantilização da vida e das relações sociais até o automatismo de um sistema financeiro que, a cada “crise” econômica, se reorganiza mais forte. Holloway (2013) destaca que, mais do que nunca, a força de coesão social do capitalismo neoliberal está nos puxando de volta a ele por todas as formas. Mas, se nos puxa, é porque há uma insubordinação crescente em nós que está causando incômodo ao sistema; do contrário, as engrenagens estariam girando no moto-perpétuo das últimas décadas.

Assim renunciado, falar da *limiaridade* enquanto limite, fronteira nesses “tempos de instabilidade de parâmetros e crises de paradigmas” (ENANPARQ, 2020, *on line*) é falar

do conceito de *interregno*, ampliado por Bauman (2012) a partir de Gramsci (1971)^[1], como um período de *possibilidades*. Enquanto somos puxados de volta ao sistema - de um jeito mais fácil pela cooptação, ou de outro mais trabalhoso, pelas ações de choque — grande parte da insubordinação se desfaz, em uma sociedade cada vez mais fragmentada e multicultural. Mas há outros-fazer (HOLLOWAY, 2013), outras lutas em curso em busca de rupturas, de fissuras ao sistema. A experiência aqui relatada de uma disciplina do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, por sua vez originada de uma pesquisa de doutorado de um dos autores, pretende suscitar questões e outras possibilidades rumo à criação e à confluência de fissuras no espaço público.

A PESQUISA

Considerar o contexto contemporâneo como um período de interregno, é entendê-lo como “espaço ‘entre o que não é mais e aquilo que não é ainda’” (BAUMAN, 2016, *on-line*). Por meio da separação entre poder e política, nota-se uma crise de territorialidade do Estado, o qual, abandonando ou atendendo com baixa qualidade a tarefa de reduzir os desconfortos da vida, tem terceirizado a agências não-políticas “um crescente número de funções (tradicionalmente confiadas à governança dos Estados nacionais)” (BAUMAN, 2012, p.52 — tradução nossa). De fato, o poder está nas mãos de grandes grupos econômicos detentores de um capital global, enquanto a política se mantém local. Para Dardot e Laval (2016) vivenciamos um *processo* de neoliberalização, onde o poder econômico, extrapolando fronteiras, organiza a ação dos governantes e a conduta dos governados. Assim, as relações sociais se reproduzem segundo a lógica do capital e a sociedade vive imersa nessa lógica, uma vez que o anonimato é “sintoma e causa de seu poder” (MONBIOT, 2016, *on-line* - tradução nossa).

Entre as estratégias utilizadas pelo neoliberalismo para garantir a manutenção da sua estrutura de suporte, destacam-se o *choque* e a *cooptação*. No primeiro caso, enquadram-se crises, desastres ou, mesmo, um estado de constante desnorteio ou tensão, essenciais para que ideias radicais de livre mercado sejam impulsionadas (KLEIN, 2007). No contexto urbano, é visível que o discurso do medo e da violência tem impulsionado: (a) a transferência do convívio público para lugares fechados e, mesmo, para o espaço virtual - ambos vigiados; (b) a proliferação dos dispositivos de proteção pessoal e patrimonial

[1] Antonio Gramsci, em suas memórias do cárcere, escreveu: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse *interregno*, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem” (GRAMSCI, 1971, p.)

(FIGURA 1) e; (c) a desarticulação das lutas, por meio do fortalecimento da política do “nós contra eles” (direita x esquerda, ricos x pobres, minorias x maioria, entre outros arranjos).

Já a cooptação, mais sutil, age diretamente sobre insubordinações e questionamentos trazidos pela sociedade em busca de uma ruptura ou, pelo menos, de um *outro-fazer* (HOLLOWAY, 2013) em relação à lógica neoliberal vigente, através de iniciativas (individuais ou coletivas) que refletem essa inadequação ao que está colocado. A cooptação irá agir, por exemplo: (a) sobre o carnaval de rua, associando à espontaneidade da festa popular o patrocínio das grandes cervejarias; (b) sobre as lutas de minorias por representatividade, ofertando, através do *marketing* da diversidade, itens de identificação baseados no consumo; (c) sobre o discurso do consumo consciente, através da elevada precificação do comportamento *eco-friendly*, entre outros.

No entanto, o desafio é, “trabalhando nos fluxos de resíduos e nos espaços abertos do capitalismo tardio, [e] imaginando novas práticas” (CARLSSON, 2014, p.20), converter essas iniciativas em *fissuras* ao sistema (HOLLOWAY, 2013). Diariamente o espaço urbano vai sendo refeito, de modo espontâneo e anônimo, por aqueles que o utilizam - tais adaptações buscam garantir seu direito de uso ou reivindicar sua existência (FIGURA 1).



Figura 1: Dispositivo de proteção patrimonial: (a) inibindo o uso e (b) sendo adaptado para permitir utilização. Crédito: Autores.

A DISCIPLINA [2]

A dicotomia entre processo de neoliberalização e fissuras, exemplificada no espaço público, foi o eixo teórico tratado pela disciplina de projeto, a qual foi estruturada nas etapas: Instrumentação, Leitura do Lugar, Proposição e Aplicação (QUADRO 1). Com carga horária de 60 horas, teve como objeto de estudo uma avenida central de importância simbólica para Belo Horizonte, com cerca de 700m de extensão, bem como a praça e o parque adjacentes.

ETAPA	INSTRUMENTAÇÃO				LEITURA			PROPOSIÇÃO				APLICAÇÃO			
AULA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

Quadro 1: Cronograma esquemático da disciplina. Fonte: Elaborado pelos autores.

Na etapa de Instrumentação foram discutidos alguns dos conceitos principais da pesquisa (como interregno, neoliberalismo e fissuras) e apresentados conceitos secundários de regras e desvios, simbolismo espacial e processos diagramáticos de projeto, aplicados ao espaço público.

A questão das regras e dos desvios em um grupo social foi introduzida a partir da análise de Becker (1980). Segundo ele, “regras sociais definem situações sociais e os tipos de comportamento apropriados a elas, especificando algumas ações como ‘certas’ e proibindo outras como ‘erradas” (BECKER, 1980, p. 53). O arcabouço legal que regula a vida em comunidade é um tipo de acordo formal promulgado, cujo cumprimento é garantido, entre outras formas, pelo poder policial e pelas sanções legais. Mas há também os acordos informais, aqueles que foram instituídos recentemente ou carregados pela tradição, cujo cumprimento é garantido por membros ou, mesmo, por todo mundo desse grupo. Nesse conjunto de acordos, há sanções por idade, gênero, cor da pele e condição financeira, por exemplo, que, mesmo sem embasamento legal, são impostas sobre os indivíduos. Ao mesmo tempo, junto ao conceito de *regra*, está o de *desvio*. Para Becker (1980, p.60), “[o desvio] é criado pela sociedade. [...] Os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como marginais e desviantes”. No entanto, a pessoa que está sendo rotulada como *marginal* pode, simplesmente, não estar aceitando a regra imposta, por ter uma visão diferente ou por não conferir legitimidade àqueles designados para julgá-la — para ela, os desviantes seriam seus juízes.

[2] Ofertada no 2. Sem. 2019, na Escola de Arquitetura da UFMG.

Para o conceito de simbolismo espacial foi trazida a discussão de Ching (2008) referente à relação forma e espaço e sua apreensão pelos usuários. Ainda que essa questão seja mais complexa e abrangente do que exposto nesta literatura, a escolha por este autor deveu-se ao caráter didático de suas observações, sempre associadas a ilustrações referentes ao campo da Arquitetura e do Urbanismo, condizente com a proposta de uma disciplina projetual de carga horária reduzida. Assim, analisando os elementos horizontais (planos-base e plano de cobertura) e verticais da forma no espaço, o autor faz algumas inferências, aqui sintetizadas no Quadro 2 e na Figura 2:

ELEMENTOS HORIZONTAIS		
(1) Plano-base elevado (por exemplo: um degrau, um palco, uma plataforma)	<ul style="list-style-type: none"> > elevação pequena: continuidade visual e espacial com o plano do solo (acesso físico de fácil resolução) > elevação média: continuidade visual preservada, mas continuidade espacial interrompida (acesso por escada ou rampa) > elevação grande: campo do plano elevado se torna isolado do plano do solo 	
(2) Plano-base rebaixado (por exemplo: uma arquibancada em declive, um tanque de areia)	<ul style="list-style-type: none"> > rebaixamento pequeno: continuidade visual e espacial com o plano do solo (acesso físico de fácil resolução) > rebaixamento médio: continuidade visual preservada, mas continuidade espacial interrompida (acesso por escada ou rampa) > rebaixamento grande: campo do plano rebaixado se torna isolado do plano do solo 	
(3) Plano de cobertura (por exemplo: uma marquise, um recuo coberto, uma árvore)	<ul style="list-style-type: none"> > as arestas desse plano de cobertura estabelecem os limites desse espaço e configuram um volume espacial abaixo de si > pilares e colunas contribuem para o estabelecimento dos limites desse volume (apesar de não serem necessários) 	
ELEMENTOS VERTICAIS		
(4) Plano vertical único (por exemplo: uma parede, um muro, um painel)	<ul style="list-style-type: none"> > tem frontalidade > tem função de limite (cada face está voltada para um campo espacial distinto) 	
(5) Planos verticais em L (por exemplo: uma quina formada por uma edificação recuada junto a outra no alinhamento)	<ul style="list-style-type: none"> > gera um campo introvertido junto à quina > o campo torna-se extrovertido ao se afastar da quina 	
(6) Planos verticais paralelos (por exemplo: um beco, uma rua cercada de muros dos dois lados)	<ul style="list-style-type: none"> > os lados abertos conferem uma forte direcionalidade, induzem ao deslocamento > campo extrovertido por natureza 	
(7) Planos em U (por exemplo: a região de uma garagem com acesso subterrâneo)	<ul style="list-style-type: none"> > campo bem definido internamente > em direção à extremidade aberta, o campo é extrovertido por natureza 	
(8) Quatro planos: fechamento (por exemplo: o abrigo da pessoa em situação de rua)	<ul style="list-style-type: none"> > tipo de definição mais comum (e mais forte) na arquitetura > campo totalmente fechado e introvertido por natureza 	

Quadro 2: Elementos horizontais e verticais do espaço. Fonte: CHING (2008). Ilustrações dos autores.

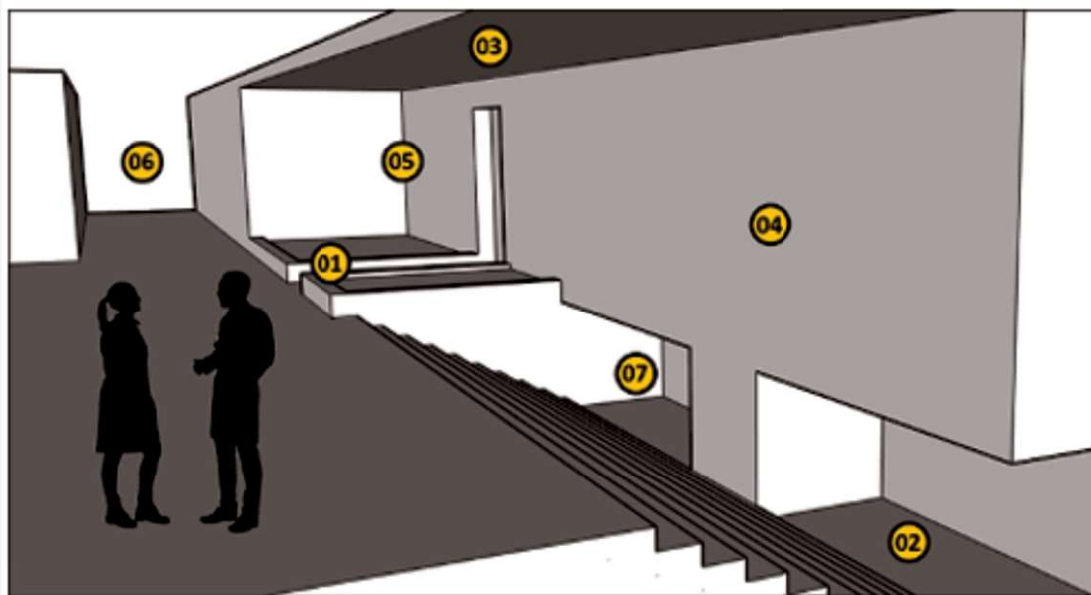


Figura 2: Elementos horizontais e verticais: (01) plano-base elevado, (02) plano-base rebaixado, (03) plano de cobertura, (04) plano vertical único, (05) planos verticais em L, (06) planos verticais paralelos, (07) planos em U. Fonte: CHING (2008). Ilustração dos autores.

O estudo dos elementos horizontais e verticais foi transposto para o espaço público, para que pudessem ser analisados em termos de sua relação com algumas ações. Foram listadas cinco ações principais, comumente realizadas no espaço público, a saber: (a) morar, (b) trabalhar, (c) manifestar, (d) lazer e (e) deslocar. Assim sendo, o *morar* e o *trabalhar* considerados referem-se ao ato de fazer do espaço público seu local de moradia e/ou trabalho; *manifestar* refere-se tanto ao ato de se expressar tanto por meio de picho, grafite, lambe-lambe, entre outros registros no espaço, quanto por outras formas de expressão como passeatas e pregações religiosas; o *lazer* é entendido a partir das funções propostas por Dumazedier (2000): descansar, divertir/recrear/entreter e desenvolver (a personalidade); por fim, o *deslocar* refere-se à livre circulação de pessoas pelo espaço público.

Para o conceito de processos diagramáticos de projeto foi trazida a discussão sistematizada em Boaventura (2017, p. 74), onde “são compreendidos aqui como raciocínio e ação de espacializar, analisar, representar e manipular as informações do espaço-tempo da ação social, utilizando diagramas como instrumentos em processos de mediação da informação.”

Essas estratégias diagramáticas, por sua vez, se iniciam pela *leitura do lugar*, a partir da qual “a produção do espaço urbano caminha ao lado da possibilidade de se extrair subsídios para a geração da estratégia de projeto” (MORADO NASCIMENTO et. al, 2012,

p.8). Trabalhar em um processo *diagramático* de projeto é considerar que as decisões projetuais sejam coerentes com as transformações socioespaciais do espaço, em um pensamento não-linear de problema-solução (BOAVENTURA, 2019).

Com isso, a disciplina seguiu para etapa de Leitura do Lugar, a qual estruturou a percepção do objeto de estudo por meio de um processo diagramático de espacialização de seus atributos^[3] e ações. Para isso, foram formuladas as seguintes perguntas, a serem respondidas na forma de mapeamento, gráficos e outras estratégias à escolha dos alunos:

- quais as regras formais (promulgadas como lei) e informais (resultados de acordos e tradições) incidentes sobre o objeto de estudo?
- quem são os usuários desse espaço público (seja para morar, trabalhar, manifestar-se ou simplesmente para se deslocar ou tê-lo como opção de lazer)?
- quais os principais pontos formais de permanência (aqueles institucionalmente projetados e reconhecidos como tais) nesse espaço público? e quais os principais pontos informais de permanência (aqueles designados pelos usuários em função de características ambientais)?
- quais atributos potencializariam (ou restringiriam) a permanência dos usuários nesse espaço público?
- onde (e como) propor “iscas”, na forma de dispositivos temporários de permanência, a fim de estimular o uso desse espaço público?

Os alunos, em duplas, se organizaram na produção das leituras, apresentadas impressas em papel vegetal para facilitar a sobreposição e visualização dos atributos. Aqui são mostradas algumas análises referentes a fluxos e locais de permanência, na visão de grupos distintos.

[3] Segundo Boaventura (2017, p. 79), “o atributo é a qualidade que potencializa (ou limita) a ação, em razão das informações da leitura do lugar. O lugar indica aonde as ações têm o potencial de acontecer em razão dos atributos do lugar, ou ainda, quais atributos não existem no lugar, mas são necessários para que determinada ação aconteça – o que indica diretrizes de projeto.”

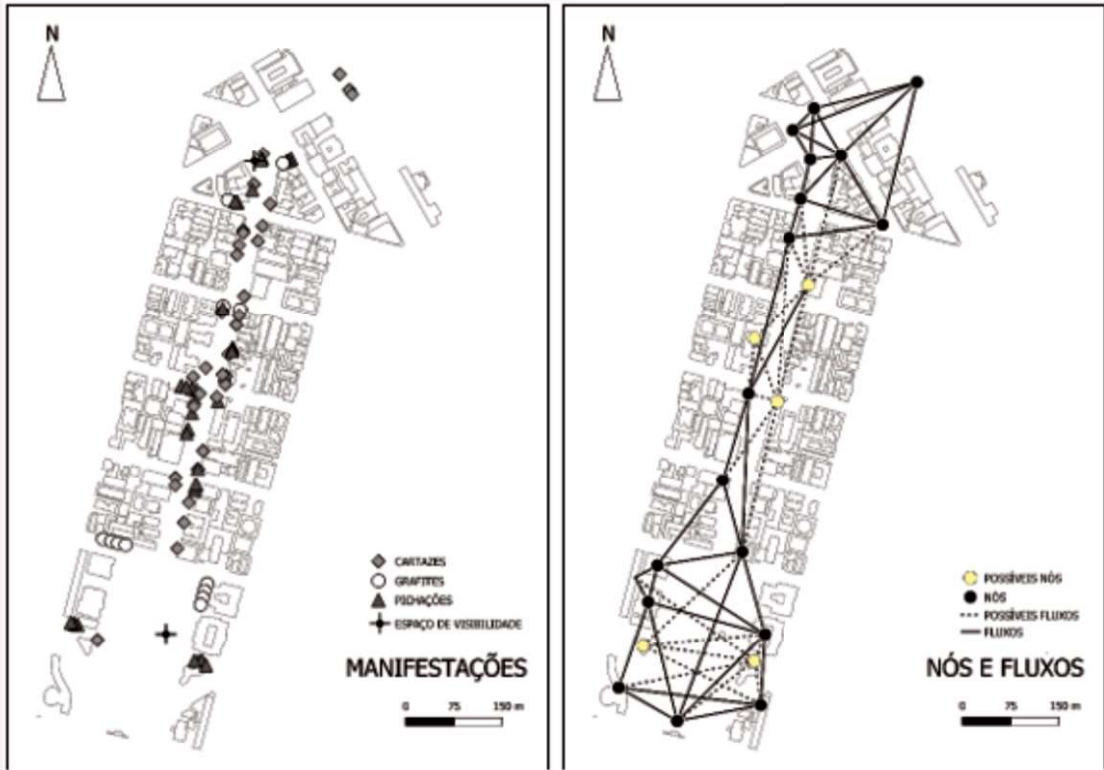


Figura 3: Fragmento da leitura do lugar feita por alunos da disciplina. FONTE: DINIZ; SOARES; CUNHA, 2019.



Figura 4: Fragmento da leitura do lugar feita por alunos da disciplina. FONTE: SILVA; SILVEIRA; CUNHA, 2019.

Importante destacar que a aplicação do processo diagramático de projeto permite, ao mesmo tempo, a leitura do território e o inferenciamento a respeito do que está sendo lido; é um processo dinâmico e propositivo. Assim, a identificação dos “possíveis nós” (FIGURA 3) percebidos pela espacialização dos nós atratores existentes, bem como dos pontos “potenciais” (FIGURA 4) de moradia, trabalho, manifestação e lazer a partir do entendimento de como a configuração socioespacial está posta, abre caminho para a etapa seguinte. No que é subsidiada, também, pela síntese das regras (formais e informais) e dos condicionantes incidentes na área de estudo, tal como expostos no Quadro 3.

	LAZER	MORADIA	DESLOCAMENTO	TRABALHO	MANIFESTAÇÃO
CONDICIONANTES DAS ATIVIDADES NOS ESPAÇOS	sombra/sol; presença de grama e árvores (durante o dia); presença de outros ocupantes; material das superfícies (banco inox); marquise (chuva); dia da semana e hora do dia	ruidos; sombra; presença de 2 planos perpendiculares entre si; infraestrutura próxima; reclusão (privacidade)	sombra; inclinação; odores; largura da via; presença faixa estacionamento	demanda/público; infraestrutura de apoio ao vendedor; sombra; proximidade de algum eixo/edificação importante	visibilidade; encontro eixos importantes; fácil acesso; áreas mais "empraçadas" / de permanência e simbólicas para concentração; espaços extrovertidos
REGRAS FORMAIS	o logradouro público é destinado para lazer sob algumas condições relativas à obstrução de vias e calçadas, emissão de ruidos e depreciação dos equipamentos públicos **	"os agentes públicos não podem apreender objetos pessoais e precisam cumprir diretrizes definidas pela Portaria 1/2017 da prefeitura, que estabelece uma forma "humanizada" de negociar a utilização do espaço público e o descarte de materiais considerados inservíveis para essa população" *	respeitar semáforo para pedestres; não caminhar sobre cicloviás e pista de rolamento; atravessar pista de rolamento sobre faixa sinalizada	atuar no logradouro público com Documento Municipal de Licenciamento **	"Art. 58 - A realização de passeata ou manifestação popular em logradouro público é livre, desde que: I - não haja outro evento previsto para o mesmo local; II - tenha sido feita comunicação oficial ao Executivo e ao Batalhão de Eventos da Polícia Militar de Minas Gerais, informando dia, local e natureza do evento, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência; III - não ofereça risco à segurança pública." **
REGRAS INFORMAIS	não pisar na grama (mas é aceitável deitar e sentar sobre ela);	evitar lugares de passagem e acessos; não obstruir caminhos	não passar sobre canteiros; procurar o menor caminho; evitar cruzamentos com semáforos demorados	em alguns casos existe um acordo informal entre os vendedores à respeito do ponto em que cada um se instala para equilibrar a concorrência	evitar violência e destruição dos equipamentos públicos

* <https://www.otempo.com.br/politica/gabinete/retirar-os-pertences-de-pessoas-em-situacao-de-rua-e-ilegal-1.2172806>

** conforme previsto no Código de Posturas do Município - Lei 8.616/2003

Quadro 3: Regras e condicionantes incidentes listadas por alunos da disciplina. FONTE: SILVA; SILVEIRA; CUNHA, 2019.

Assim, as estratégias extraídas subsidiaram a etapa de Proposição, onde foram desenvolvidos, em nível preliminar, estudos projetuais na forma de desenho técnicos e simulações tridimensionais. Esses estudos se concentraram em dois campos de ação: (i) a ampliação das áreas peatonais e (ii) a instalação de novos mobiliários urbanos. A ampliação das áreas peatonais se deu nos locais onde a Leitura do Lugar mostrou potencial de apropriação pelos pedestres, em função dos atributos físicos (sombreamento, topografia favorável, etc.) e locais. De fato, em função dos equipamentos públicos do entorno (escola de ensino fundamental, museu/arquivo, departamento estadual de trânsito, entre os mais relevantes), a região que mais recebeu intervenções desse tipo corresponde àquela identificada na Figura 03 como de "possíveis nós". Essa ampliação para os pedestres se deu em detrimento das faixas de circulação veicular, bem como das faixas de estacionamento junto às calçadas e em favor de faixas para circulação de transporte coletivo e cicloviário.

No que diz respeito à instalação de novos mobiliários urbanos, estes foram definidos para os locais com potencial de apropriação - também identificado na etapa de Leitura do Lugar. Nesse caso, o estudo das formas espaciais locais foi determinante para o tipo de proposta apresentada. Por exemplo, a presença de grandes extensões de planos verticais frontais (paredes sem aberturas) junto ao alinhamento, ao mesmo tempo em que favorece a sensação de insegurança no percurso e, principalmente, na permanência, também proporciona suporte vertical para a instalação de mobiliários. Em uma proposta,

eles aparecem articuláveis, a fim de que, quando inativos, não se tornem obstáculos (FIGURA 5). Já em outra proposta, o mobiliário aparece fixo, como uma nova estrutura; nesse caso, os vários níveis funcionam tanto como degraus de transição entre o plano elevado (que já possui um acesso rampado à frente) e o plano do solo, quanto como possibilidades de permanência (FIGURA 6).



Figura 5: Proposta de mobiliário urbano articulado feita por alunos da disciplina. FONTE: BITTENCOURT; CASTRO; CUNHA, 2019.



Figura 6: Proposta de mobiliário urbano fixo feita por alunos da disciplina. FONTE: LOPES; LOPES; CUNHA, 2019.

Por fim, a etapa de Aplicação, apoiada no conceito das *fissuras urbanas*, consistiu na construção de “iscas” de estímulo à permanência e à reflexão, por meio da montagem de intervenções temporárias junto aos locais potenciais. O objetivo era registrar/ analisar a reação das pessoas que circulavam na região, frente a esses estímulos novos. Após discussão conjunta em sala de aula sobre como (e onde) seriam propostas as intervenções, foram planejadas ações em dois grupos: proposição de mobiliário urbano e proposição de recursos de comunicação. O mobiliário urbano focou na ação de *sentar*, entendendo que essa poderia ser um estímulo para outras ações não previstas. Para isso, foram escolhidos dois pontos para sua instalação: (a) na calçada, em frente a uma instituição de ensino superior privada e (b) no canteiro central, nas proximidades de alguns equipamentos públicos relevantes para a região - departamento de trânsito, escola estadual e museus (FIGURA 7).

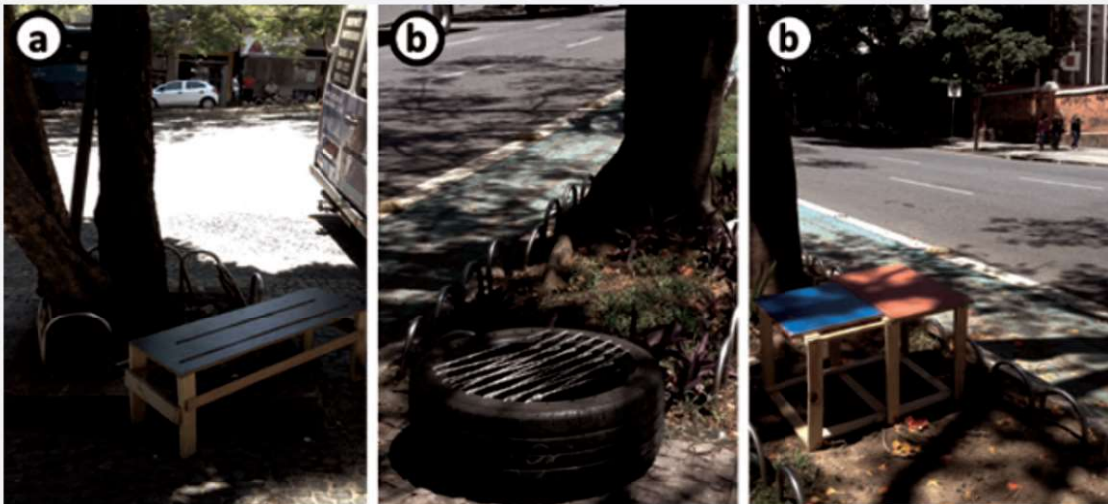


Figura 7: Instalação de mobiliário urbano executado por alunos da disciplina. FONTE: DINIZ; SOARES; CUNHA, 2019.

Os recursos de comunicação, por sua vez, consistiram em frases de estímulo à reflexão e à manifestação, as quais foram afixadas em locais estratégicos — junto a pontos de ônibus, árvores, lixeiras e, mesmo, equipamentos públicos da região. As frases reflexivas traziam consigo a promoção de uma *hashtag*, onde os transeuntes eram convidados a registrarem com fotos e vídeos a vivência da região, fazendo a postagem desses registros nas redes sociais (e identificadas pela *hashtag*), para divulgação e posterior monitoramento netnográfico (FIGURA 8).



Figura 8: Instalação de recursos de comunicação executados por alunos da disciplina. FONTE: DINIZ; SOARES; CUNHA, 2019.

No entanto, estas ações duraram apenas 3 dias, em função do cronograma da disciplina — período em que foram monitoradas pelos alunos, compondo, junto aos demais produtos do bimestre, os dossiês da disciplina.

FINALIZANDO

A partir do percurso apresentado, serão listadas a seguir algumas articulações entre a disciplina e a pesquisa de doutorado de um dos autores. O primeiro ponto destacado diz respeito à aplicação dos conceitos de regras e desvios e de simbolismo espacial no espaço público. Durante a instalação do mobiliário urbano e dos recursos de comunicação, foram percebidas pelos alunos falas de rechaço, por parte dos transeuntes, ressaltando que aquelas ações eram ilegais e se configuravam como depredação de patrimônio público. Ou seja, eles foram vistos como *desviantes* às regras formais (expostas no Código de Posturas, por exemplo). No entanto, o mesmo rechaço não é percebido quando da instalação de dispositivos de proteção e segurança - como os fincos que são instalados a uma baixa altura, junto a porta de lojas, jardineiras e outros planos elevados e com risco real de dano a quem neles encostar (não importando se, mesmo, uma criança ou idoso).

O segundo ponto trata da relação entre os atributos socioespaciais na viabilização (ou inibição) das ações de permanência no espaço. Espaços introvertidos no espaço público (como planos verticais em L, em U e planos horizontais rebaixados) são potenciais para a instalação e permanência de pessoas em situação de rua, ou de qualquer outra que deseje certa privacidade, pela condição de invisibilidade que tais espaços proporcionam. Não por acaso, são locais constantemente protegidos. Ao mesmo tempo, a ausência de planos de cobertura (principalmente aqueles gerados pela arborização), pela exposição às intempéries que provoca, bem como longos planos frontais (dados por muros, paredes, grades) são fatores inibidores da permanência. Nesse sentido, a discussão em torno de mobiliários urbanos articuláveis (incluindo soluções de coberturas móveis), tais como aqueles propostos pelos alunos junto a esses locais, pode favorecer sua apropriação, sem que seja necessário gerar mudanças estruturais em áreas já consolidadas.

Por fim, o último ponto trata das limitações e das possibilidades para a realização de ações que possam se configurar como fissuras. No caso das ações empreendidas pela disciplina, destacam-se como limitações: (a) a retirada anônima dos mobiliários, ao longo dos três dias de monitoramento das intervenções e (b) o prejuízo à utilização causado pela materialidade escolhida para os mobiliários. O primeiro mobiliário a ser retirado foi aquele que estava junto à calçada de uma instituição de ensino superior (menos de 24 horas). Aqueles que estavam junto ao canteiro central da avenida permaneceram de dois a três dias, até serem retirados, também anonimamente. No caso desses, a estruturas

feitas em pinus podem ter denotando aspecto de fragilidade (mesmo bem montados), enquanto aquelas feitas a partir de pneus podem ter transmitido aspecto de sujeidade (mesmo estando limpas). No entanto, o registro fotográfico, ao mostrar a interação dos usuários com as intervenções propostas, sustenta a possibilidade do necessário e urgente debate diante da necessidade de se romper com a lógica neoliberal violentamente imposta ao cotidiano urbano, por entender que, em período de interregno, as possibilidades de ruptura ainda são possíveis (FIGURA 9).



Figura 9: Utilização anônima do mobiliário urbano feito por alunos da disciplina. FONTE: DINIZ; SOARES; CUNHA, 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Brasil (CAPES) — Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Bauman lança livro e diz: o desafio do presente é construir o novo.** O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago. 2016. Entrevista concedida a Leonardo Cazes. Disponível em: <<https://glo.bo/2KHdLSF>> Acesso em jun. 2017.

BAUMAN, Z. **Times of interregnum.** Ethics & Global Politics, v.5, n.1, 2012, p. 49-56.

BECKER, H. S. Marginais e desviantes. In: **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.53-67.

BITTENCOURT, R. S.; CASTRO, F. B. de; CUNHA, T. G. **Caderno Processual Fissuras Urbanas 2019.2.** Belo Horizonte: [s.n.], 2019. 38p.

BOAVENTURA, C. A. **Processos diagramáticos de projeto no espaço socioinformacional: Uma experiência no ensino de projeto de Arquitetura.** Dissertação de Mestrado, NPGAU/UFMG. Orientadora: Denise Morado Nascimento. 2017.

BOAVENTURA, C. A.; MORADO NASCIMENTO, D. **Processos diagramáticos no ensino de projeto de Arquitetura: estratégias e experiências.** In: ARQUISUR, 2019, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Campinas, GALOÁ, 2019.

CARLSSON, C. **Nowtopia: iniciativas que estão construindo o futuro hoje.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 320p.

CHING, F. D. K. **Arquitetura: forma, espaço e ordem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008. 399 p.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016. 413p.

DINIZ, C. B.; SOARES, A. C.; CUNHA, T. G. **Fissuras Urbanas.** Belo Horizonte: [s.n.], 2019. 58p.

DUMAZEDIER, J. Que é o lazer. In: **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 28-50.

ENANPARQ. **Tema.** Disponível em: <<https://bit.ly/2V4Pjk5>> Acesso em fev. 2020.

GRAMSCI, A.; HOARE, Q.; NOWELL-SMITH, G. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci.** London: Lawrence and Wishart, c1971. 483p.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo.** São Paulo: Publisher Brasil, 2013. 270p.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine: Naomi Klein on the Rise of Disaster Capitalism.**

Democracy Now, Nova Iorque, 17 set. 2007. Entrevista concedida a Amy Goodman.

Disponível em: <<https://bit.ly/2NjaN8X>> Acesso em jun. 2017.

LOPES, K.; LOPES, P.; CUNHA, T.G. **Fissuras Urbanas.** Belo Horizonte: [s.n.], 2019. 19p.

MONBIOT, G. **Neoliberalism: the ideology at the root of all our problems.** The

Guardian, Londres, 15 abr. 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/1WsKPhU>> Acesso em jun. 2017.

MORADO NASCIMENTO, D.; LOPES, M. S. B.; ASSIS, C. A. N.; LAGES, L. B. **Contra os tipos; a favor do lugar.** In: CTHAB 2012, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2SS0cmn>>. Acesso em fev. 2020.

SILVA, T. G. B.; SILVEIRA, R. A.; CUNHA, T. G. **Dossiê de Projeto Fissuras Urbanas.** Belo Horizonte: [s.n.], 2019. 9p.